JUSTIÇA PÚBLICA

RELATÓRIO Nº 5
MARÇO 2014

POLITICA.REFORMADA.ORG

Cristianismo e Capitalismo:
que resposta damos ao socialismo do século 21?

PUBLICAÇÃO DO CENTRO DE PESQUISAS EM POLÍTICA REFORMADA

Justiça Pública é o relatório periódico do Centro de Pesquisas em Política Reformada. Desde 2012, o Centro de Pesquisas tem se dedicado à divulgação e discussão dos valores políticos cristãos pautados na interpretação bíblica das confissões reformadas.

O Centro de Pesquisas existe para informar, discutir, educar e propor ideias de governo limitado, pluralismo político, federalismo, liberdade econômica e paz internacional. Fazemos parte de uma longa tradição cristã promovida por pensadores como Calvino, Althusius, Groen van Prinsterer e Kuyper.

Entendemos que a fé reformada deve falar aos nossos dias e ao nosso contexto. Por isso, nosso projeto vai além da reflexão teórica e passa também pela discussão da sua relevância na situação brasileira sem, contudo, descartar a relevância da confessionalidade e da igreja.

Expediente
Lucas Grassi Freire
Elienai Bispo Batista, VDM
Kenneth Edward Wieske,VDM
Jackson Salustiano
Vinícius Silva Pimentel
Márcio Santana Sobrinho

Endereço
Rua São João, 473.
50.020-150, Recife-PE

JUSTIÇA PÚBLICA

RELATÓRIO Nº 5
MARÇO 2014

POLITICA.REFORMADA.ORG

Cristianismo e Capitalismo:
que resposta damos ao socialismo do século 21?

PUBLICAÇÃO DO CENTRO DE PESQUISAS EM POLÍTICA REFORMADA

Cristianismo e Capitalismo: que resposta damos ao socialismo do século 21?

Alberto Mansueti

Caiu o muro de Berlim em 9 de novembro de 1989, e em 25 de dezembro de 1991 foi a vez da União Soviética, quando se baixou a bandeira vermelha no Kremlin e se içou a bandeira russa. Porém, por mais marcantes que tenham sido, esses acontecimentos não marcaram o fim do socialismo, mas somente o fim de sua variedade comunista ou marxista-leninista. E o começo não da restauração do capitalismo — vigente desde 1914 — mas de outras das mutilações do socialismo, agora em várias direções ao mesmo tempo, desatrelando seus partidários do compromisso de defender ante o mundo uma realidade inocultável de muros altos, arame farpado, prisões, avenidas cinzentas, carros velhos, longas filas para mercados com prateleiras vazias, delações, torturas e polícias políticas.

Assim, o socialismo pôde regressar outra vez a seus bons e velhos tempos de "nobre ideal" e "sonho elevado" humanista e futurista, escolhando para sua ardente defesa a outros "fracos e oprimidos", não mais do proletariado. Seus inimigos seriam os de sempre: a liberdade individual, a iniciativa privada, a família, o capitalismo, a publicidade, as empresas, o comércio internacional, a razão — e Deus. Porém desta vez suas causas seriam mais amplas, abrançando aos "excluídos" — no geral, sem muitas precisões técnicas sobre mais-valia e "exploração" — os sem-teto, sem comida, sem emprego, sem seguro social. E as mulheres e vítimas da violência de gênero e violência no lar, indígenas e não-brancos discriminados, gays e lésbicas, consumidores e usuários nas garras das empresas, fumantes passivos e as espécies naturais — a biodiversidade — ou seja, o planeta inteiro. A grande empresa não seria expropriada, mas chantageada em nome da "responsabilidade social". E quanto à religião, o novo socialismo investiria contra as igrejas, mas não contra o "Jesus histórico" nem a vaga "espiritualidade" da Nova Era.

Contudo, em 1992, Francis Fukuyama, um despreparado pesquisador da renomada Universidade de Harvard, disse que havíamos chegado ao fim da história e à morte das ideologias. E alguns outros universitários, ainda mais despreparados, creram nele.

1. A história não terminou, e as ideologias continuam vivas.

"Ideologia" é um termo depreciativo para doutrina, aplicado por Marx aos sistemas de ideias falsas e motivadas por estreito interesse de classe; porém hoje esses vocábulos são mais ou menos sinônimos, sobretudo em linguagem corrente. E assim acontece: ideologias não faltam. Em nível mundial, essa impertinente, arrogante e cada vez mais tirânica socialdemocracia pós-moderna e ecofeminista do "politicamente correto", encarnada pelo presidente Obama e os chefes socialistas da União Europeia e da ONU. Entre os muçulmanos, a manipulação do credo religioso com fins terroristas que, pelo mau conhecimento da fé de Maomé (e ojeriza pela religiã em geral), leva o nome de

"fundamentalismo islâmico". E na América Latina, o retorno do socialismo "cristão", anti-imperialista e patriótico dos anos 1970, agora no poder, com sua dose de politicamente correto, indigenismo e Direitos Humanos distorcidos, representado por presidentes tipo Chávez, quase todos ex-guerilheiros inspirados na "Teologia da Libertação".

Não é novidade. A religião é um bom pretexto para qualquer política, e um pretexto melhor ainda para o pior tipo de política: a de saquear e mentir, e até matar se for conveniente. O socialismo era "cristão" muito antes de ser democrático, fabiano, lassalleano ou marxista. Os franciscanos radicais da Idade Média foram tão socialistas quantos os anabatistas radicais da Reforma, e citavam as mesmas passagens bíblicas que, posteriormente, seriam usadas pelos teólogos da libertação que portavam submetralhadoras. Karl Marx era um desconhecido exilado alemão trancado no Museu Britânico, em meados do século 19, quando os mais famosos propagadores ingleses do socialismo eram os proeminentes anglicanos da revista "Christian Socialist": Charles Kingsley, John Ludlow e muitos outros. A fase ateísta e materialista na longa história do socialismo talvez tenha sido só um breve parêntese, entre 1917 e 1989.

> *"O socialismo já não é uma ideologia 'operária', ou doutrina econômica ou mesmo política, é toda uma cosmovisão integral"*

O socialismo já não é uma ideologia "operária", e seguindo os conselhos do italiano Antonio Gramsci, ele se amoldou à mentalidade de classe média "ilustrada" de nossa sociedade pós-industrial. Agora não é uma doutrina propriamente econômica ou mesmo política, é toda uma cosmovisão integral e holística, uma religião laica feita de emoções e sentimentos e com forte acento moralista. Seus adoradores? Ecohistéricos, anticonsumistas em favor de uma igualdade forçada e da caridade coagida, da "segurança a todo custo" e do Estado-babá e mamãe, militantes dos "povos aborígenes", do feminismo radical e abortista e do homossexualismo, das ONGs anti-multinacionais com fobia da globalização — em especial anti-multinacionais de mineração e extração — estrelas do show business, chefes de propaganda de emissoras e Wikipedia, e humanistas do direito, revanchistas presos à década de 1970.

Eles nos fazem crer que vivemos debaixo de um capitalismo sórdido e hipercompetitivo, consumista por um lado e causador da fome por outro, materialista, individualista e egoísta que, além disso, é machista e patriarcal, preconceituoso e discriminador, e que devemos mudar ou ao menos "humanizar" o capitalismo, do contrário morrerão todos os seres humanos e todo o mundo natural. E que devemos ter menos, em lugar de produzir mais. Com fanatismo cego nos impõem à força suas agendas, suas políticas e sua linguagem. E, mesmo havendo contradição entre as tais, conseguem aceitação geral!

Têm algum "Manifesto"? Sim. Veja as séries da Sony, Warner, Universal etc. Os diretores escolheram por unanimidade a quatro grandes vilões: empresas, propriedade privada, igreja e família; as quatro instituições privadas por natureza. Com poucas exceções, seus representantes — gerentes e proprietários, clérigos, pais e familiares — aparecem na tela como egoístas torpes e insensíveis, contaminadores e exploradores, retrógrados, ignorantes, racistas e hipócritas, detratores de mulheres e exploradores de crianças. Os heróis são os servidores e funcionários públicos, pagos pelos governos: doutores e enfermeiras de hospitais estatais, professores e mestres de escolas "públicas", paramédicos e bombeiros, fiscais, policiais e, sobretudo, burocratas dos "serviços sociais" e das ONGs

mundiais, guiados por sentimentos altruístas e não por cálculos egoístas e racionais. Sempre aproveitam para ludibriar a razão e louvar as religiões primitivas ocultistas, animistas, espirítas ou panteístas.

Quando inadvertidamente fazemos eco a causas politicamente corretas como a da "violência doméstica", não pensamos em sua agenda oculta: a noção de que o pior inimigo está no lar, e que a criança ou esposa tem no servidor público um cuidador melhor do que o pai ou marido, porque a família como instituição está obsoleta, e deve submeter-se às agências humanitárias estatais. E o mesmo se dá com as "empresas sociais" do tipo Muhammad Yunus (Grameen Bank): a mensagem é que a empresa privada capitalista de ampla concorrência fracassou, e deve ser substituída por entes econômicos criados pelo Estado, à sua imagem e semelhança. A "responsabilidade social empresarial" é o discurso autoacusatório do empresariado masoquista (nas palavras do meu amigo Leopoldo Escobar). Se o adotamos como liberais, ou se como pais permitimos que o Estado nos substitua na educação sexual de nossos filhos, não estamos sendo consistentes.

E por trás da ecohisteria apenas se dissimula um feroz ataque ao Criador que, no livro de Gênesis, mandou que o homem se multiplicasse, dominasse a terra e fosse produtivo. De acordo com o credo ambientalista, Deus se equivocou em seus cálculos sobre os recursos naturais, produção, poluição e população mundial, e seu mandato carrega contradições insolúveis. Muitas igrejas cristãs, sem se dar conta, recomendam e aceitam sem exame o evangelho segundo o Greenpeace, do qual incontáveis cristãos são professos! Alexis de Tocqueville já nos advertiu contra uma forma insidiosa de autoritarismo totalitária não muito fácil de identificar, por não proceder de um ditador autocrático ou de uma oligarquia fechada, mas da massa amorfa. Não é imposto de cima, mas de baixo e dos lados; não por uma minoria, mas por uma imensa maioria. Vale perguntar se acaso não será este o verdadeiro socialismo, e se o socialismo do século 21 nada mais é que um torpe ensaio desajeitado.

> *"De acordo com o credo ambientalista, Deus se equivocou nos cálculos sobre os recursos, produção, poluição e população"*

2. Que aconteceu ao liberalismo clássico?

Aconteceu que nem todos os seus porta-vozes estão bem equipados para enfrentar com sucesso o socialismo do século 21, campeão nos claustros universitários e assentos do Congresso, na tevê, nos púlpitos e nas eleições. Os discípulos de Menger, Mises e Hayek ou Milton Friedman parecem seguir crendo que o problema das esquerdas é que "não entendem de Economia", e pretendemos ensinar a elas. "Não compreendem que suas políticas geram mais pobreza", lhes dizemos, sem compreendermos nós que mais pobres geram mais votos.

Não alertamos que ter razão não basta. A ignorância destes novos cruzados é voluntária, obstinada, e tem sua explicação. Para que professores e políticos aprenderiam outros conceitos se com os seus estão se dando muito bem, com cargos em altos postos e viagens, bolsas e privilégios na academia, no Congresso etc? E pior acontece com os empresários, quase todos mercantilistas: não há para que competir se é tão saboroso "negociar" com o Governo por nichos monopólicos, subsídios e rendas, em troca de apoio a uma "redistribuição da riqueza", não para os pobres, mas para os pequenos grupos de políticos e funcionários estatais. O mesmo se dá com os demais profissionais influentes: jornalistas, advogados, médicos, psicólogos, clérigos etc. Quem vai querer ir contra a maré?

Com implacável realismo, a teoria da Escolha Pública (*Public Choice*) — criada pelo Prêmio Nobel James Buchanan — põe a desnudo a hipocrisia do jogo político, e o voraz egoísmo da burocracia estatista; entre os atuais defensores do livre mercado e da sociedade aberta, os seguidores de Buchanan são os que mais se aproximam do cerne do assunto: a questão do pecado humano e suas terríveis consequências.

> *"Segurança e justiça, as duas primeiras necessidades do homem em sociedade e as duas primeiras funções do Estado"*

3. O que nos dizem os linchamentos?

Nas últimas semanas do ano de 2009, houve na Guatemala uma série de linchamentos ocasionados por crimes como roubos, sequestros, estupros e homicídios. A classe média se escandaliza, porém a vingança privada — muito antiga — ocorre quando não há segurança nem justiça, as duas primeiras necessidades do homem em sociedade, e as duas primeiras funções do Estado, bem como a justificativa e razão de o Estado existir. Temos vinganças populares porque temos governos dedicados quase inteiramente a "programas sociais" e a obter por força os vultosos recursos para financiá-los — são custosas políticas redistributivas que vão desde a repartição de alimentos, roupas, remédios e dinheiro em espécie, até a construção de casas e o ensino elementar. Estes fundos procedem das economias de alguns poucos "ricos", únicos que podem investir, porém não o fazem, já que estão sobrecarregados pela carga tributária, e por isso temos miséria. Os investimentos não ocorrem também porque nossos exíguos mercados carecem de viabilidade e obras de infraestrutura — terceira e última das funções do Estado, que é um mal necessário para "conter as manifestações mais grosseiras do pecado", segundo Calvino.

Em questão tão série e espinhosa temos auxílio da doutrina política cristã, porém não em sua imitação falsificada, mas autêntica, a que historicamente pôs as bases ao propósito de limitar o poder. A ideia de governo limitado também foi cristã antes de ser empirista, racionalista, liberal ou utilitarista; e se baseou na visão bíblica realista da natureza humana: dada a inclinação congênita do homem ao mal, não convém que as autoridades civis arrogem para si muitas funções, poderes e recursos. Assim pensaram os melhores escolásticos, tanto medievais como católicos e protestantes. Por isso o governo deve ser limitado, o mercado livre, e a igreja separada do Estado. Por isso a ciência econômica não começa com Adam Smith, mas com a Escola de Salamanca, no século 16. E a doutrina do direito divino dos reis — disposição ordenada por Deus — é bíblica, porém originalmente não foi enunciada para ampliar poderes, mas para delimitar e conter.

O novo socialismo é uma ofensiva ampla e total para submeter ao crivo estatal — e de um estatismo mundial — tudo o que for privado: não só o comércio, a propriedade ou a economia, mas também a educação, a natureza, a paternidade, os laços familiares e sociais, e até o culto religioso. É mais perigoso, menos perceptível e muito mais assustador. É um grande desafio ideológicos aos liberais clássicos, ao qual devemos responder, e dar resposta apropriada, de outro modo pereceremos todos debaixo de sua tirania férrea.

Para os crentes, essa resposta passa por reinserir o liberalismo clássico em seu contexto original: a tradição judaico-cristã. Reencontrar suas bases filosóficas, éticas e jurídicas, para além da Economia pura. E tomar a ofensiva, não a mera resistência, assumindo a relegitimação do capitalismo e da família, de modo inteligente e proativo — o que vai além de um discurso "anti" —

podendo em temas divisores como o das uniões homossexuais pleitear, p.ex., uma reprivatização do matrimônio, com base na recuperação dos contratos privados como fonte do Direito. E estender essa ofensiva desde a academia ao jornalismo, chegando à cultura, arte e entretenimento, e ao campo da religião e igrejas, bem como à cena política e partidária.

4. Lacunas na linha de frente

É oportuno tratar disto. Em nosso front temos debilidades quanto aos liberais clássicos, fechados em nossos think tanks, que são mais de cem na América Latina, porém não muito efetivos antes os coletivismos agora reinantes. As seguintes falhas talvez devam ser listadas, ou pelo menos devamos considerar com humildade os fatores para os quais apontam:

a) *Minimalismo.* Para não dizer timidez ou conformismo. Contentamo-nos com pouco. Por exemplo, exigimos regras "claras", não justas. Apostamos no "mal menor", ou no "pior do que nada". Em lugar de denunciar as reformas passadas como contrárias ao espírito do livre mercado, apesar de toda a retórica contrária; como que nos contentamos em propor que nada mais se retome, amplie e aprofunde.

Queremos que os estatistas estudem, mudem, adotem nossas políticas. Porque não temos projeto nem proposta alternativa ao neosocialismo que se equipare em amplitude, atratividade e impacto. Preferimos martelar mil e uma vezes na crítica aos socialistas, seus decretos e medidas — com pouco resultado — ao invés de tomar a dianteira e defender nossas posições abertamente. Dissimulamos nossas convicções, ou as renegamos como vergonhosas, alegando que não são liberais, mas coisa de "senso comum". Queremos ser "pragmáticos" e terminamos como oportunistas, no pior sentido do termo. E com isso não embaraçamos a esquerda, apenas alienamos e confundimos a ampla opinião pública.

> *"Preferimos martelar na crítica aos socialistas, ao invés de tomar a dianteira e defender nossas posições abertamente"*

b) *Adotamos causas duvidosas, e perdemos a identidade.* Para não sermos impopulares, começamos a fazer eco ao ambientalismo e "contra a violência doméstica" sem plena consciência de suas implicações. Ou contra a corrupção, causa enganosa com promessa impossível: um estatismo sem corrupção. Com um Estado grande a corrupção é inevitável; e quanto mais Estado, mais corrupção. Ela haveria até mesmo debaixo de um governo limitado, embora limitada aos contratos, e tratável por seus próprios remédios, os tribunais.

No entanto, a luta pela "transparência" dá ao neosocialismo um amplo espaço de manobra e recrutamento que serve, entre outros fins, para substituir de tempos em tempos seus líderes desgastados e desacreditados por outros mais novos. Além disso, associa o sentimento anticorrupção à fobia antipartido e antipolítica, à qual nos somamos sem ver o objetivo implícito: a estatização dos partidos e das campanhas eleitorais, com regulamentos e controles em troca de subsídios, que excluem os particulares da possibilidade de meios políticos privados defesa de suas causas.

Estes erros arruínam nossa identidade. Não queremos parecer "de direita" e renegamos nossa qualificação como tal; ao contrário das esquerdas, que no geral não fazem o mesmo com a qualificação que recebem.

c) *Prazos longínquos.* Estamos convencidos de que nossas metas são de "longo prazo", por causa do "culturalismo": a crença errônea de que a cultura ("os valores") são decisivos, e que as regras e instituições são

suas consequências. Porém, é o contrário: não pode haver bons valores com leis más, por uma simples questão de incentivos perversos, e de condutas consistentes com tais incentivos. A cultura é adotada, porém não como resultado de uma "evolução" incerta, mas de instituições e leis, e dos comportamentos que a elas se ajustam e seus resultados; por isso a Bíblia diz que havia dez mandamentos no deserto: uma lista de regras e leis; não de "valores", nem sequer de "princípios".

> *"As ideias ruins contam com as inclinações naturais do homem para o mal. As ideias boas sempre encontram obstáculos"*

Para piorar, combinamos esse adiamento sem fim a um tipo de fatalismo irracional: a "fé" de que a verdade e nossas ideias sensatas terminarão por prevalecer no fim, de um modo ou de outro, que não sabemos descrever, e muito menos dizer quando. Não entendemos que as oportunidades se criam.

d) *Más companhias filosóficas.* O utilitarismo (Bentham) não serve como base ou alicerce filosófico. Menos ainda o hegelianismo (filosofia assumida pelo Dr. Fukuyama) ou o positivismo (Comte), sobre o qual se edificam o construtivismo e a engenharia social. Nem "ismo" algum que seja mais ou menos derivado do pensamento humanista do Iluminismo, clássico ou romântico, com seu ingênuo otimismo antropológico, afirmando que o homem é "bom por natureza", e se torna ainda melhor por meio da educação. O professor William Easterly nos mostra agora que a educação não está relacionada ao desenvolvimento. Porém os liberais gastaram décadas dedicados à "educação econômica", e o que conseguimos?

e) *Preconceito contra a religião.* Boa parte dos liberais clássicos conhece muito pouco a respeito do cristianismo; e isso não os ajuda muito na hora de enfrentar socialistas que citam Jesus e o apóstolo Paulo, ao invés de falar de Marx e do camarada Lênin. O peso da tradição volteriana ainda é forte, sobretudo em nossa América, onde os liberais começaram por expulsar aos jesuítas duas vezes: primeiro durante a Colônia, com Carlos III, em 1767, e depois com os presidentes maçons nas repúblicas independentes, mais de cem anos depois.

Este fato pesa contra o reencontro do liberalismo clássico com a tradição judaico-cristã, chave para que primeiro se recupere uma antropologia realista: o homem não é bom por natureza, e por essa razão o governo tem de ter rédeas curtas. E essa não é uma questão de educação, mas de "vigilância permanente" (Thomas Jefferson); e não é algo meramente acadêmico, é um "empreendimento político" (James Madison), a cargo de partidos políticos pró-governo limitado, "vigilantes, no estilo do profeta Isaías" (Albert Jay Nock).

f) *A estratégia Hayek.* Formulada em 1947 quando da fundação da *Sociedad Mont Pelerin*, pode ser resumida em poucas palavras: o socialismo se impôs primeiro no terreno das ideias, e desde ali "desceu" à arena política, e o mesmo há de fazer o liberalismo; por isso, foquemos nosso esforço nas aulas, e logo chegará o tempo dos partidos e da política.

Premissa correta, conclusões equivocadas. É certo que isso ocorreu com o socialismo, porém há uma diferença nada pequena entre as ideias ruins e as boas: elas não têm a mesma sorte e nem obtém o mesmo reconhecimento, como o próprio Mises experimentou em seus duros exílios e sua azarada vida profissional e universitária (e Hayek até 1974, quando obteve seu meio Nobel). As ideias ruins contam com as inclinações naturais do homem para o mal. Especificamente a tendência de abusar do poder para aumentá-lo, roubar e fazer negócios sob sua proteção acima dos mercados, e impor doutrinas para os magistrados públicos ao

invés de ouvir deles. Por isso, para as ideias más a acolhida é boa, até porque se disfarçam de boas ideias. A maior parte das pessoas as adota com credulidade cega quando lhes é oferecido "almoço grátis", e quando a demagogia infla seu orgulho e vaidade falando das "virtudes do povo" e nunca de seus defeitos e vícios.

As ideias boas sempre encontram inumeráveis obstáculos e dificuldades muito sérias; e por isso exigem maiores esforços, redobrados em todas as frontes: intelectual, acadêmica, cultural, jornalística, eclesiástica etc.; e, sobretudo, política, pelo efeito negativo de demonstração que têm sua ausência na arena política. Quem cree em ideias políticas sem adeptos no Congresso ou nos partidos? E houve acaso alguma vez um governo limitado sem ao menos um partido em seu favor?

Nós liberais nos queixamos das discussões intermináveis entre os políticos — sobre assuntos puramente irrelevantes — mas isso acontece por nossa desserção desse campo. E quando falamos contra os partidos e nos recusamos a integrá-los, reforçamos a rebeldia personalista sempre reeditada, e nos privamos do instrumento próprio da democracia, disponível para as piores ideias e interesses, porém também para os melhores. Assim, dessa maneira, deixamos os socialistas e mercantilistas nos partidos, e os ajudamos a enaltecer ainda mais as ONGs ultrapoderosas, melhor adaptadas que as organizações partidárias para as causas ruins.

> *"Quando nós falamos contra os partidos e nos recusamos a integrá-los, nos privamos do instrumento próprio da democracia"*

g) *O escapismo do "anarcocapitalismo"*. Com tantos erros para nos tirar de campo, nos refugiamos nesta pobre compensação sociológica para o fracasso político. Deveríamos reler as obras políticas de Mises, especialmente Governo onipotente e sua maravilhosa Autobiografia.

Ou estudar de novo alguns bons exemplos da década de 1980 e 90. O exemplo de líderes brilhantes que conseguiram vitórias retumbantes contra o socialismo e êxitos a favor do livre mercado: Margareth Thatcher e Ronald Reagan. Não se conformaram com pouco, e encararam grandes reformas, revogando quase todas as leis estatistas e abolindo as instituições sobre elas edificadas. Como Cobden e Bright no século 19, que também não esperaram uma evolução espontânea de longo prazo, mas se firmaram em uma sólida filosofia liberal no campo econômico e conservadora no terreno político, amiga e não inimiga da religião, ainda que muito além das crenças ou descrenças de quem quer que fosse. Assim resgataram seus respectivos partidos — Conservador e Republicano — da debacle, devolveram a eles seus antigos princípios e respeitabilidade, e ao seu redor construíram um arco de alianças a partir dos setores da classe média mais afetados pelo estatismo, oferecendo um programa político, apoiado nas correntes e organizações especificamente políticas.

Porém, eles começaram por não admitir escapismo algum e assumir sua responsabilidade cívica e política com coragem. Com uma estratégia vencedora, essa que William F. Buckley Jr. Desde os anos 1950 chamara de "fusionismo": superar o desencontro entre liberais clássicos e cristãos conservadores. Fechar a brecha entre os liberais clássicos, que tendem a pensar que as lutas pela santidade de vida e liberdade religiosa "não são problemas nossos", e os cristãos conservadores, que tendem a pensar o mesmo das lutas pelo livre comércio e por uma boa moeda: "não são problemas nossos". Estão errados porque é um só e mesmo problema: o estatismo. E a saída é a mesma: governo limitado. E se cada um ficar no seu canto, o problema irá prevalecer.

5. O que a Bíblia pode nos ensinar

Da perspectiva bíblica podemos aprender duas importantes lições: 1) Que as faculdades humanas — entendimento, emoções e vontade — foram feridas pelo pecado, e por isso a nossa inteligência está nublada. Muitas vezes a consciência racionaliza motivos que não são justos e a vontade tende a desobedecer aos preceitos da justa razão e moral. Nem sempre a persuasão é eficaz. Por isso não basta ter razão.

> *"O socialismo é uma rebelião não só contra o capitalismo, mas contra a verdade e a justiça"*

2) Que a ordem natural não é "espontânea"; é apenas "natural". É natural no sentido de ser conforme ao bem-estar e felicidade da pessoa humana (ordem salutar); porém não o é no sentido de que o curso dos eventos humanos nem sempre se acomada a ela (ordem usual, corrente ou mais frequentemente observável). Por isso o livre mercado e a propriedade privada não se preservam por si, de modo automático ou "espontâneo": precisam de um governo para sua preservação, e limitado a cumprir essa função, e precisam de uma ação política que os mantenha em seus limites.

Podemos também tirar estas conclusões da perspectiva bíblica: 1) Que o problema é o sistema, porém tal sistema não se encarna em "princípios e valores" abstratos, mas em leis muito concretas. O maior poder público é o de fazer leis, e assim como o onipotente Estado "babilônico" se impõe mediante a promulgação de leis perversas, o governo limitado requer não a emenda de tais leis, mas a revogação, e reformas profundas e radicais, não só pequenas mudanças.

2) Que é imprescindível a ação política, um mal necessário, como o é o governo em torno da qual a ação gira. Não é algo que pode esperar. Se não queremos a engenharia social governamental — o dirigismo da sociedade por uma elite "ungida" segundo fins conscientes e deliberados — precisamos de uma ação política em sentido contrário, a favor da liberdade individual, que para ser eficaz e exitosa tem de ser programada de modo consciente e deliberado. E isso não é construtivismo, mas a maneira mesma de evitá-lo; o que é um paradoxo, como tantos outros na vida humana. Tampouco significa que "os fins justificam os meios", porque não há nada injustificado em um meio racional, moral e idôneo de se atingir um fim justo.

3) Que o socialismo é uma rebelião não só contra o capitalismo, mas contra toda a ordem natural das coisas na sociedade — no sentido de "boa ordem" ou ordem salutar — e contra a verdade e a justiça, que são os meios humanos de preservar a ordem. E que tais valores exigem defesa ativa. E essa defesa quase sempre é feita com a Bíblia em mão, corretamente lida. De suas páginas foram tiradas lições muito valiosas.

Podemos tirar ainda esta conclusão: que longe de estarem ultrapassados com as mudanças do novo socialismo, os termos "esquerda" e "direita" são mais válidos do que nunca. A esquerda é cabalmente rebelião, e os defensores da vida, liberdade e propriedade não deveriam negar, titubear ou constranger-se ao serem denominados como "de direita".

Sabemos que enormes atrocidades foram cometidas baseando-se na Bíblia; porém distorcendo seu sentido e interpretando erroneamente seus textos. Isso acontece com o socialismo "cristão" que hoje nos governa em muitos de nossos países; o qual, quer gostemos ou não, nos obriga a estudar o cristianismo e a Bíblia, ao menos para saber responder; de outro modo seguiremos às cegas, derrotados enquanto liberais clássicos e descendo ladeira abaixo... e os cristãos continuarão presas de confusões e raciocínios equivocados, e de ciências e

práticas que não pertencem ao cristianismo real histórico e verdadeiro, e que nos impedem de conhecer sua doutrina de governo.

Também concluímos que toda religião é suscetível de ser manipulada para fins políticos. Isso aconteceu com o cristianismo nas Cruzadas e na Inquisição espanhola. E se dá com o Islã, tomado como pretexto pelo socialismo árabe para sua guerra contra Israel e os Estados Unidos; porém, ocorre também com os sionistas — socialistas judeus —, os quais enfrentam as esquerdas muçulmanas. Contudo, depois do espetáculo da 2ª Guerra Mundial, não deveria causar espanto ver partidários de expressões opostas do socialismo se enfrentando encarniçadamente. Não é a religião, mas o socialismo o que conduz à violência. Antes nazistas, comunistas, laboristas e "newdealers"; hoje sionistas e terroristas árabes.

> *"Os meios idôneos para se produzir riqueza são a boa administração, na esfera pessoal, e o governo limitado, a cargo da sociedade"*

6. Cristianismo genuíno

A violência se opõe à inteligência, porém isso não se dá com a fé, como não se cansa de pregar Bento XVI — "o Papa da razão" — e muitos pensadores protestantes como C. S. Lewis, Norman Geisler e R. C. Sproul. A razão humana não nega a Deus, ao contrário; é que ela só chega até certo ponto, além do qual temos a Revelação, contida na Bíblia. A fé é o assentimento da vontade à informação adicional que a Escritura nos concede de Deus. A mente ajuda a entender essas verdades, e ainda que não as possa captar tão plenamento como as que se referem às realidades humanas e naturais, isso não é motivo para desqualificar a razão e desconhecer sua esfera de competência apropriada, como o fez a extensa linha de filósofos e escritores românticos, antirracionalistas e cultores de emoções e sentimentos, pavimentando os caminhos para Auschwitz, os gulags, o maoísmo e Pol Pot.

O que se opõe à razão não é a fé, mas a "mística", persistente ainda que não seja uma forma recomendável de "entusiasmo religioso", nas palavras de Martinho Lutero. E, falando em Lutero, vale apontar que o capitalismo não é somente herança protestante, como opinam muitos citando Max Weber sem tê-lo lido, mas é judaico-cristã. A fé cristã bíblica não é inimiga das riquezas materiais, mas do apego desordenado a elas. E, portanto, também não condena os meios de produzir tais riquezas, os quais não são as "confissões positivas" ou declarações de lábios recomendados pelos "místicos" religiosos "carismáticos", adeptos de certa Teologia da Prosperidade que confunde os liberais não muito háveis nestas questões.

Segundo a Bíblia, os meios idôneos para produzir riqueza e prosperidade são dois: a "mordomia prudente" ou boa administração, a cargo de indivíduos particulares; e o governo limitado, a cargo da sociedade inteira. São duas condições para a prosperidade, ambas necessárias, e em sua ausência nada se há de esperar, exceto pobreza. E por isso Max Weber encontrou mais capitalismo entre os protestantes europeus, então mais inclinados que os católicos a seguir as normas bíblicas na conduta pessoal e nas leis e instituições; e não por causa da doutrina calvinista da predestinação, que não tem muito a ver com a questão.

Em todo caso, a doutrina que, sim, tem a ver, e está relacionada com o pecado na alma do homem, é a do monge Pelágio, em sua disputa com Agostinho de Hipona, lá pelo quarto século.

Agostinho destacou e enfatizou o tremendo poder desta força, o pecado humano, e Pelágio estava mais confiante na capacidade humana de fazer o bem. A primeira teoria se inclina mais ao protestantismo, e a segunda

ao catolicismo, particularmente aos jesuítas. Por isso há em certas Encíclicas algumas vacilações e às vezes contradições na defesa do livre mercado, e a tendência de destacar o papel do Estado (ainda que "subsidiário"). Por certo não na "Ano Centésimo" (1991) do Papa João Paulo II, porém em algumas outras. Os documentos protestantes — os grandes credos ou confissões históricas: Heidelberg, Dort, Westminster etc. — são mais claros ao expor o papel limitado do governo civil. (Muitos cristãos evangélicos de hoje não conhecem os credos; por isso não creem em coisa alguma!).

De todo modo, vale recorrer à autoridade da Bíblia, que todos os cristãos reconhecem como Palavra inerrante e inspirada por Deus.

7. Antigo Testamento

Desde os dias de Moisés, os hebreus tiveram leis. E desde os dias de Josué, tiveram juízes locais. E também nacionais: Débora, Gideão, Sansão etc., segundo o próprio livro de Juízes. Deuteronômio 17 diz que Deus prescreveu (normativamente) uma forma política específica: o governo limitado e descentralizado desde baixo, começando pelo nível municipal. Porque cada uma das doze tribos tinha território e governo próprios; e tradições culturais, hino e bandeira, costumes particulares, e até um acento próprio na fala. Encarregados da segurança, justiça e obras públicas, seus governantes se chamavam "juízes". Desde 1.400 a 1.000 a.C. — 400 anos — existiam três níveis de governo: municipal, regional e federal.

-- Um juiz era reconhecido em sua aldeia quando as pessoas e famílias buscavam por proteção (defesa e segurança); levavam a ele pleitos e assuntos a resolver (justiça); recomendavam contratar a construção de pontes e estradas (obras públicas), e para os gastos pagavam seus dízimos (justiça contributiva: impostos limitados, não excessivos, e planos, iguais para todos).

-- Se agia bem, o juiz adquiria prestígio, e outras aldeias demandavam seus serviços, e sua autoridade se ampliava por toda a tribo, e era reputado como juiz de tribo.

--E saindo-se bem, pessoas de outras tribos solicitavam seus serviços, sua autoridade ganhava extensão, e era reconhecido como juiz de Israel.

A confederação das tribos era uma sociedade sem Estado, porém não sem leis. E com governo limitado, e não endeusado, sustentado com impostos moderados, não com pressão compulsiva de propaganda doutrinária. Foi depois, nos tempos de Samuel, que o povo pediu um rei — um governo ilimitado — "como as demais nações" (1Sm 8). E como Deus os advertiu por boca de Samuel, dificuldades sem conta lhes sobreviriam por causa dessa decisão, tal como se descreve e se discute ao longo do Antigo Testamento.

Meu livro *Las leyes malas* traz um estudo bíblico sobre leis, justiça e governo, porque segundo muitos cristãos, a Bíblia apoia o socialismo. Porém, não é assim, muito pelo contrário.

> *"A civilização ocidental e cristã foi edificada sobre o princípio do governo limitado, seguido por reis medievais e governantes cristãos"*

Enquanto foi bem interpretada, a Bíblia teve um grande e positivo impacto político, que está registrado na história. Nossa civilização ocidental e cristã foi edificada sobre o princípio do governo limitado, seguido por reis medievais como Alfredo o Grande da Inglaterra e Alfonso o Sábio de Espanha; e depois por governantes cristãos da Suiça, Escócia, Países Baixos e Inglaterra, e os Pais Fundadores dos Estados Unidos. Porém já nos séculos 19 e 20 as nações — crentes e descrentes, ricos e pobres,

doutos e indoutos, políticos e seguidores — se deixaram seduzir por teorias contrárias, e se distanciaram paulatinamente da fórmula bíblica; e como aconteceu com Israel, lhe sobrevieram enormes dificuldades, até aos dias de hoje.

Pode-se crer ou não que a Bíblia é um escrito inspirado por Deus, porém como documento histórico, podemos, por meio da experiência passada e presente, comprovar muitas coisas que ela diz. A evidência é suficiente e concludente. E que não se diga que tal ensino não é válido porque não é do Novo Testamento. Quando pregou no Sermão do Monte sobre a validade e integridade de cada til ou jota dos mandamentos da Escritura, Jesus se referia ao Antigo. O Novo nem existia, tampouco quando Paulo (século I d.C.) escreveu a seu jovem discípulo Timóteo que não só uma parte, mas "toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça" (2Tm 3.16).

> *"O cristianismo não é ideologia ou credo político. A reforma social não está no topo de nossa agenda, mas também não está fora"*

E como observaram nos primeiros séculos os santos pais da igreja do Oriente e do Ocidente, a revelação é uma só e íntegra, e os documentos hebraico e grego se explicam e interpretam um ao outro. Por exemplo, Jesus disse: "dai a César o que é de César" (Mt 22.21); porém essa frase significa: "E nada mais". Não implica: "pague tudo que lhe for imposto!" como se ensina hoje, contra o princípio de justiça contributiva do Antigo Testamento.

Até o início do século 20 e, sobretudo, na zona rural, ler a Bíblia em família era costume no norte da Europa e Estados Unidos. As pessoas repassavam suas passagens e episódios, e comentavam e compartilhavam seus sábios ensinos, relacionando-os com as circunstâncias cotidianas, e com o contexto social e nacional mais amplo, e até mesmo mundial. Depois que esse costume se perdeu, o dirigismo e intervencionismo governamental e o socialismo irromperam. Não foi por acaso.

8. Novo Testamento

Se de algum livro — seja bíblico ou não — se toma uma porção qualquer fora de seu contexto adequado, pode-se justificar qualquer coisa que queira o exegeta. E assim ocorreu com o Novo Testamento, em certas passagens interpretado de modo distorcido pela cultura socialista. Assim como o episódio de Jesus expulsando do Templo a chicotadas alguns mercadores religiosos (Jo 2), não os comerciantes comuns. Com o jovem "rico" e o "buraco da agulha" (Mt 19), que não são ensinos sobre sistemas econômicos, mas sobre a salvação não se dar por obras, e sobre o ministério de tempo integral. Ou com Zaqueu (Lc 19), que se apresenta como um rico que divide a sua riqueza, e é um coletor de impostos que develve o dinheiro das pessoas. Ou com Ananias e Safira (At 5), culpados de mentir, não de resistir ao comunismo.

Vale apontar que Jesus Cristo não foi um líder político em sua jornada neste mundo. O cristianismo não é uma ideologia ou credo político, nem os cristãos são um partido. A reforma social não está no topo de nossa agenda. Mas também não está fora, porque na Bíblia há princípios e diretrizes para a sociedade, o governo e a economia, e não estão ali de enfeite, nem foram invalidados pelo tempo. O Evangelho não é só a Boa Nova de Salvação; é todo o "evangelho do Reino de Deus" (Mt 4.23; Mc 1.14). E este evangelho há de prevalecer na Criação inteira, incluindo o ser humano individual em espírito, alma e

corpo; e também as famílias, a educação, a sociedade em geral e as nações, seus governos e a política.

O filósofo Vishal Mangalwadi observa que há uma crise cultural e moral muito grave, profunda e duradoura em todos os países do globo, começando pela Europa ocidental e Estados Unidos. Suas repercussões nas finanças, no comércio, emprego e economia são apenas sintomas, ou talvez consequências. Porque a ética do trabalho se perdeu, e também o espírito da competição por excelência, a moeda justa e o comércio livre. De igual modo falta respeito pela verdade, propriedade e vida; e faltam pudor e decência. As ideias, conceitos, regras de conduta e valores perdidos foram em grande parte legados cristãos ao Ocidente.

"Venha a nós o teu Reino" e "Seja feita a tua vontade na terra" (Mt 6.10) significa que "todos os seus preceitos, estatutos e mandamentos" (Dt 4.8) sejam cumpridos; e que não sejam desobedecidos, esquecidos, mal-interpretados ou tergiversados. Eles trazem normas para todas as nações, válidas em todo o tempo (Mt 5.17-20). Os países cujos legisladores e magistrados aplicaram no passado os princípios bíblicos de governo limitado tiveram progresso e são ricos, e os demais seguem subdesenvolvidos e pobres, tal qual prenuncia Deuteronômio 28. E assim também o confirmam os bons ensinos das ciências jurídicas, políticas, econômicas e sociais.

> *"Para alcançar a harmonia familiar, o êxito nos negócios e o bem-estar das nações, temos de seguir as instruções do Criador"*

Todos nós que somos cristãos sabemos — mesmo os católicos — que nossa salvação eterna é pela obra de Cristo e não pelas nossas; é "por graça e mediante a fé" (Ef 2.8). É um presente de Deus, incondicional como seu amor e misericórdia. Pra nós a salvação é "grátis": esse é o Evangelho da Graça; e a fé é a resposta de aceitação em gratidão e júbilo. Porém a salvação não é o único propósito de Deus para nós: nosso Autor também quer que esta nossa vida aqui seja feliz, e isso não é grátis; para ele as pessoas, famílias e instituições devem ser ordenadas conforme a sua vontade, expressa em sua Palavra, que é Lei. Para alcançar a harmonia familiar, o êxito nos negócios e o bem-estar das nações, temos de seguir confiantemente as instruções do Criador, e nisso se demonstra a fé.

Sabemos que Deus fez o homem racional, devendo usar a razão para entender o mundo e a sociedade. E ele quis que tivéssemos domínio sobre a Criação inteira (Gn 1.28, primeiro mandato dado ao homem) fazendo uso da ciência e da técnica no conhecimento e uso da natureza, e do raciocínio nos negócios humanos. E Deus fez o homem responsável e, portanto, livre; o ser humano (e o cristão devoto) não é um fantoche que Deus manipula desde cima, sentado sobre alguma nuvem, mediante fios ocultos para que responda de modo mecânico e determinista a seus incompreensíveis desígnios. O homem pode aceitar ou rejeitar a Deus; a soberania divina não nega ao homem a liberdade, nem anula sua responsabilidade como ser moral. E os governantes podem desobedecer a Deus; e de fato o fazem: os sistemas de governo e instituições se edificam de forma totalmente contrária à Palavra de Deus. Por isso fracassam, causando grave sofrimento indesejado.

Deus delegou autoridade. Os maridos têm autoridade sobre a esposa, os pais sobre os filhos, os oficiais sobre os soldados, os mestres sobre os alunos, e os governantes sobre os cidadãos. E "toda autoridade vem de Deus" (Jo 19.11); porém, não para se

abusar dela, mas para cumprir as funções próprias ordenadas. Por isso todo poder humano deve sujeitar-se ao que Deus quer e diz em sua Palavra, e ninguém é autônomo ou absoluto. Inteligência, vontade e liberdade são dons de Deus ao homem e por isso "inalienáveis". Não é incondicional e cega a obediência que devemos prestar às autoridades.

Deus pode e quer sarar as nações, e já o fez por diversas vezes; porém elas têm de reformar-se. Não de qualquer maneira, como alguns pensam. Não com ciências sociais equivocadas, nem sequer com exegese e teologia equivocadas. Nem se requer que 100% de seus habitantes sejam cristãos, ou bons cristãos, ou que os governantes o sejam. É como Deus diz: é com a oração confiante dos crentes, porém acompanhada de arrependimento e mudança, regressando de seus "maus caminhos" (2Cr 7.14) mediante reformas; de outro modo, as orações dos fiéis não são atendidas (1Sm 8.18).

> *"Quando as esquerdas perdem as discussões, convocam as eleições; e quando perdem as eleições, sacam munições e pistolas"*

E Deus quer que os cristãos expliquem a todos o Evangelho do Reino; isso é ser "sal da terra" e "luz do mundo" (Mt 5.13-16). Pregando as normas do Reino, declaradas no Novo Testamento e também no Antigo (Mt 5.17-20). O qual implica que se há muita desordem, crime, insegurança, impunidade, pobreza ou miséria, ignorância, desemprego, injustiça, despotismo e corrupção... a responsabilidade é nossa, ao menos em parte. Em alguma coisa nós, cristãos, falhamos.

No século 19 o socialismo era argumentativo e persuasivo: queria convercer. Seus adeptos escreviam grossos volumes repletos de teorias econômicas, como "O Capital". Nesse tempo Frederic Bastiat deu a resposta adequada, ainda que em panfletos breves, concisos e contundentes. Assim demoliu intelectualmente aqueles argumentos; porém não se limitou a isso: fez uma campanha eleitoral e foi deputado. Depois chegaram Menger, Wieser e Bohm-Bawerk para redigir seus grossos tomos.

No século 20, Mises ampliou e aperfeiçoou as teses da Escola austríaca, demonstrando que o socialismo é inviável, porém não no sentido de não ser impossível de ser implantado — de fato ele havia sido imposto sobre mais da metade da superfície do globo —, inviável era o cumprimento de seus propósitos declarados. Porém essa resposta já não foi suficiente. Porque quando as esquerdas perdem as discussões, convocam as eleições, e se impõem pela via política; e quando perdem as eleições, sacam as munições e pistolas. Assim, o desafio socialista passa do front acadêmico ao político, e depois ao militar. Não tem muito valor analisar seus propósitos declarados: são mentirosos.

No século 21 não podemos seguir com a discussão sobre a viabilidade do socialismo. É claro que é viável! A questão é a de sempre: a que custo? E, sobretudo, como e por quais meios? E acontece que em nosso século 21 as esquerdas se impõem principalmente pela via da religião, falsificando o cristianismo com fins políticos (bem como outras confissões), e forjando mais e mais daquelas "religiões políticas" denunciadas tão lucidamente pelo professor Eric Voegelin em 1938. O desafio está lançado. Cabe a você dar a resposta.

Tradução: Márcio Santana Sobrinho.

***Alberto Mansueti** é advogado e cientista político, autor do livro "Las leyes malas" (Guatemala, Artemis Edinter, 2009) http://albertomansueti.com.*

O relatório *Justiça Pública* é registrado via CreativeCommons.
A reprodução e distribuição dos textos é livremente permitida,
desde que a fonte e o nome do autor do texto sejam citadas,
o nome do relatório claramente destacado
e nenhum valor seja cobrado pelo material.